
RELAÇÃO ESCOLA X FAMÍLIA NO CONTEXTO DA INCLUSÃO DE ALUNOS SURDOS NO ENSINO REGULAR

SCHOOL RELATIONSHIP X FAMILY IN THE CONTEXT OF INCLUSION OF DEAF STUDENTS NOT REGULAR EDUCATION

Eliane de Sousa Oliveira Rocha

Minicurrículo

Acadêmica do Curso de Letras/Libras da Universidade Federal do Piauí – UFPI/PARFOR. Graduada em Licenciatura Plena em Pedagogia pela Universidade Federal do Piauí (2007). Professora das faculdades EDUCARE, CETECS, IFETE, IEGV e nas Faculdades nos curso de Especialização Faculdade Montenegro e Educare.

E-mail: eliane.rocha2011@yahoo.com.br

Fernanda Martins Luz Barros

Minicurrículo

Orientadora. Mestre em Letras pela Universidade Federal do Piauí (2013), graduada em Licenciatura Plena em Letras pela UFPI (2007). Professora assistente da Universidade Federal do Piauí /CSHNB - UFPI/PARFOR.

E-mail: nandamartins@ufpi.edu.br

RESUMO

Este trabalho analisa a relação entre a escola x família de alunos surdos no contexto educacional com a finalidade de investigar se ocorre a inclusão de alunos surdos no contexto escolar, bem como descrever a relação de inclusão família x escola no contexto educacional e assim refletir sobre o papel da escola e da família no processo de inclusão destes alunos, para que sejam identificadas as contribuições da parceria entre ambas as esferas. Este vem ao encontro para discutir sobre a importância da influência da família nesse processo, através de seu ambiente físico e social, contribuindo para o desenvolvimento da criança no ambiente escolar. Este estudo é de natureza descritiva e baseia-se em uma análise qualitativa, sendo aplicado questionário a dez professores e a duas famílias de alunos surdos de uma escola regular da rede estadual de ensino, tendo como principais autores de fundamentação Klein (2002), Lacerda (1998), e Stainback (1999), além de leis brasileiras que tratam da inclusão do aluno com surdez. Diante da realização da pesquisa

RELAÇÃO ESCOLA X FAMÍLIA NO CONTEXTO DA INCLUSÃO DE ALUNOS SURDOS NO ENSINO REGULAR

conclui-se que a escola e a família compreendem a importância da inclusão do aluno surdo no contexto escolar, respeitando-o como sujeito surdo com sua identidade, diversidade e cultura.

Palavras-chave: Família. Escola. Língua de Sinais. Surdos.

ABSTRACT

This paper analyzes the relationship between the school and the family of deaf students in the educational context in order to investigate the inclusion of deaf students in the school context, as well as to describe the relation between family and school inclusion in the educational context and thus reflect on the role of the school and the family in the process of inclusion of these students, to identify the contributions of the partnership between both spheres. He comes to the meeting to discuss the importance of family influence in this process, through his physical and social environment, contributing to the development of the child in the school environment. This study is descriptive in nature and is based on a qualitative analysis, and a questionnaire was applied to ten teachers and two families of deaf students of a regular school of the state education network, Klein (2002), Lacerda (1998), and Stainback (1999), as well as Brazilian laws that deal with the inclusion of the deaf. The study concludes that the school and the family understand the importance of inclusion of the deaf student in the school context, respecting him as a deaf subject with his identity, diversity and culture.

Keyword: Family; School; Sign language; Deaf people.

INTRODUÇÃO

A escola e a família destacam-se como duas instituições fundamentais cuja importância só se compara à própria existência do Estado como fomentador dos processos evolutivos do ser humano, proporcionando ou inibindo seu crescimento físico, intelectual e social. Em um ambiente escolar, uma vez atendida às demandas psicológicas, sociais, culturais e conseqüentemente cognitivas, esse desenvolvimento irá acontecer de forma estruturada e pedagógica.

Tendo como princípio fundamental a união indissociável entre escola e família, este trabalho busca analisar como a relação entre a escola e a família de alunos surdos contribui para a aprendizagem destes em contexto educacional. Para tanto, é importante descrever a relação de inclusão família x escola no contexto educacional, assim refletindo sobre o papel de ambas no processo de inclusão de surdos, além de identificar as contribuições da parceria entre a família e escola para a inclusão de alunos surdos na rede regular de ensino.

As discussões que envolvem as relações que a escola estabelece com a família têm sido discutidas no meio educacional. Desta forma, é essencial compreender como elas acontecem e se desenvolvem para propor uma revisão do papel de ambas no processo educacional, com a finalidade de melhorar o ambiente escolar, assim como as próprias relações entre os seus sujeitos.

Como a família constitui a fonte das relações de cunho afetivo, social e cognitivo que estão imersas nas condições materiais, históricas e culturais de um dado grupo social, ela será um parceiro imprescindível na busca pelo cumprimento da função social da escola no que diz respeito à inclusão e cumprimento das leis que resguardam os portadores de necessidades especiais e assim cobrar a escola e colaborar no cumprimento das metas de aprendizagem dos alunos especiais, não relegando à escola todas as obrigações, mas caminhando lado a lado, de modo que o aluno possa se desenvolver em todos os aspectos da vida, pessoal e profissionalmente.

O presente estudo trata-se de uma pesquisa de natureza descritiva e caráter exploratório, em que, por meio de uma análise qualitativa, buscaremos compreender como a interação entre a escola e a família de aluno surdo pode contribuir para a inclusão e melhoria dos resultados de aprendizagem do aluno especial. Para tanto, fundamentamos nosso trabalho em autores como Klein (2002), Lacerda (1998), Stainback (1999), além de Leis brasileiras.

A família espera que a escola solucione as dificuldades de aprendizagem dos alunos, por sua vez, a escola espera da família um suporte para que as dificuldades sejam resolvidas. Desta forma, uma boa relação pode influenciar positivamente no desempenho escolar do aluno.

A IMPORTÂNCIA DA FAMÍLIA NO CONTEXTO ESCOLAR

O acompanhamento e a presença da família na vida de qualquer criança é importante para que esta se desenvolva, os quais têm o papel de oferecer-lhe um lugar para possam desenvolver-se com segurança e aprender a se relacionar em sociedade. Esse esforço torna-se ainda mais difícil para as famílias dos deficientes, exigindo de cada membro familiar uma redefinição de papéis, exigindo dos mesmos mudança de atitudes e novos estilos. Conforme Buscaglia (1993, p. 36):

Esse período inicial da vida é um dos mais importantes para o futuro das crianças com deficiência, pois é nesse momento que receberão ajuda para formar atitudes básicas em relação à sua ótica futura otimismo/pessimismo, amor/ódio, crescimento/apatia, segurança/frustração, alegria/desespero e ao aprendizado em geral.

A importância da influência da família se dá no fato de o lar e a vida familiar proporcionarem, através de seu ambiente físico e social, condições necessárias ao desenvolvimento da criança, antes de ir para a sala de aula é indispensável, na visão de Cambruzzi (1998, p.90):

Notar que as famílias são imprescindíveis no processo educacional dos filhos, pois as crianças demonstravam que estavam desenvolvendo autonomia, conscientização do outro e a convivência em grupo. Lembra que vale salientar que é fator fundamental a parceria escola/família, pois são agentes de transformação em termos individuais e, coletivamente, favorecem a mudança de visão, ainda distorcida, que a sociedade tem a respeito do deficiente.

Os pais de crianças com deficiência atuam como um espelho, que devolvem determinadas imagens ao filho, pois quando demonstra afetividade por alguém, essa pessoa torna-se espelho, refletindo um sentimento de afeto, desenvolvendo um vínculo de amor.

Esta interação afetiva em que se desenvolvem nossos sentimentos positiva ou negativamente é o lugar onde construímos a nossa autoimagem. Se a família do deficiente não buscar, desde cedo, a estimulação precoce adequada, se não acreditar que pode desenvolver habilidades e se o rotular como incapaz, irá se formar nesta criança uma imagem “pequena” de seu valor, podendo assim ter uma pessoa com autoestima baixa.

A família do deficiente ajuda a criar bons sentimentos, sendo importante elogiá-lo e incentivá-lo quando procura fazer alguma coisa, fazendo-o perceber que tem direito de sentir que é importante, que pode aprender, que consegue e que é respeitado por suas limitações.

Entretanto, para que a família desempenhe bem o seu papel, é importante que busque orientação, seja do próprio médico, psicólogos ou em centros de atendimentos a deficientes, para estabelecer metas realistas e adequadas às capacidades de seu filho, dando-lhe oportunidade de desenvolver-se sem superprotegê-lo ou sem pressioná-lo, nem compará-lo com outras crianças. Ross (1998, p. 241) destaca que:

O excesso de cobrança em relação ao desempenho da criança deficiente também pode gerar obstáculos no seu desenvolvimento. Há pais que criam fantasias, e na ânsia de ver seu filho progredir, causam crises de ansiedade capazes de desencadear problemas e dificuldades em lidar com frustrações. Atribui-se aos pais a responsabilidade pela formação da autoestima da

RELAÇÃO ESCOLA X FAMÍLIA NO CONTEXTO DA INCLUSÃO DE ALUNOS SURDOS NO ENSINO REGULAR

peessoa com deficiência, vinculando-se, portanto, a sua função quanto à formação emocional. Consequentemente os pais contribuem para a superação dos efeitos negativos da deficiência, favorecendo assim, a própria aceitação de sua condição.

Diante do contexto, permitir-se à construção de uma escola aberta à diversidade é, sobretudo, resgatar pré-conceitos e pré-concepções que sustentam argumentos que acabam por fundamentar e legitimar de forma inconsciente a prática profissional.

Trabalhar com alunos com deficiência tem o objetivo de resgatar a sua autoestima e identidade, partindo da valorização de suas potencialidades e respeitando todas suas limitações; assim, confirma-se o fato da família constituir-se como base indispensável para todas as pessoas.

A criança precisa intensamente de seu grupo familiar, é nele em que irá desenvolver seu processo de maturação, adquirindo habilidades motoras de que necessita. Necessita ainda desenvolver noções psíquicas relativas a essas habilidades, para que possa crescer e transformar-se em adulto. Os pais têm a função de ensinar aos filhos noções destinadas à defesa da vida, ensinar habilidades psicofísicas que vão se formando na criança no decorrer de seu desenvolvimento evolutivo, até alcançar a maturidade adulta.

A vida em sociedade é bastante complexa e caracterizada pela convivência de pessoas diferentes, a inclusão sugere a integração de todas as pessoas a fim de construir um entendimento comum de que a unidade e a pluralidade silenciem a existência humana na condição de diferente e anule a exclusão.

Toda criança com deficiência tem o direito de ser aceita como tal, primeiramente no âmbito familiar, seguindo-se da escola e sociedade, respeitada como qualquer cidadão, com direitos e deveres, mesmo sendo ela diferente. Pode-se afirmar que a relação escola e a família dos educandos possui alguns mitos, pois muitas vezes há um descompasso de ideias, apesar de ambas terem um objetivo central: o desenvolvimento pleno das crianças.

Esse fato pode ser causado por falta ou falha na comunicação entre as partes envolvidas, por não serem diferenciados os papéis de cada um durante o processo educacional, podendo levar ao conflito.

A escola, depois da família, é o espaço fundamental para o processo de socialização da criança. A inclusão das crianças e jovens portadores de deficiência na escola regular, com o apoio de atendimento educacional especializado, quando necessário, faz parte da atual política educacional brasileira. Portanto, todo o trabalho realizado pela escola terá maior êxito se acompanhado pelos membros da família dos deficientes.

Esse trabalho de acompanhamento dá segurança à criança e lhe permite desenvolver suas habilidades de forma tranquila. Alguns pais ainda não se conscientizaram da importância de seu apoio junto à instituição escolar de seus filhos, como também escolas que não incentivam essa parceria dos familiares na instituição.

Para Parolin (2003) os objetivos da escola e da família são os mesmos, ou seja, preparar a criança para o mundo. Para a criança com necessidades educacionais especiais essa parceria é de fundamental importância. A escola deve estreitar as relações, oportunizando um convívio dos pais dentro da escola para auxiliar no desenvolvimento.

Essa interação assume funções, como a demonstração de amizade, passando confiança e coragem para criança, pais cooperantes no processo de ensino-aprendizagem, tomada de conhecimento dos pais sobre o desenvolvimento da criança e obtenção de informações do ambiente da casa e da rotina diária da criança.

A oportunidade de convívio com pessoas não portadoras de deficiência torna possível uma vida de normalidade para o portador de deficiência, que pode se perceber como uma pessoa

capaz e se desenvolver em todos os aspectos. Escola e família devem caminhar juntas no processo de aprendizagem. De acordo com Buscaglia (1993, p. 283):

[...] Estudos relacionados ao desenvolvimento paterno revelam o grande valor de pais bem informados como parte da equipe de reabilitação. Contudo, os pais só poderão prestar alguma ajuda se forem tratados com a mesma dignidade, consideração e respeito que qualquer outro membro da equipe poderia esperar [...].

É importante ressaltar como a participação dos pais na vida escolar de seus filhos é de grande relevância para que o mesmo desenvolva suas habilidades e competências no âmbito escolar e social. Cury (2003) destaca a importância de o trabalho ser realizado pela escola de forma conjunta com as famílias, ou seja, pais e professores são parceiros na fantástica empreitada da educação. Afirma ainda que os pais nunca devem desistirem de seus filhos assim como os professores nunca devem desistir dos alunos, bem como, a escola deve aproximar-se a cada dia mais das famílias de seus alunos e formar com elas um trabalho de parceria.

Esse processo requer, para sua efetivação, a ação de múltiplos esforços e a participação de todos os segmentos da sociedade, para promover uma verdadeira mudança cultural em relação à diversidade e às potencialidades humanas.

Entender qual a divisão de trabalho desejável entre família e escola, e como ambas podem ajudar-se mutuamente em um processo em que nenhuma é autossuficiente, são perguntas em voga desde a criação do ensino universal em qualquer país. Essas questões são essencialmente controversas para a educação em geral, e no campo da educação inclusiva elas ganham importância ainda maior. Devido à sua novidade histórica, e por abalar um modelo educacional cujo princípio de base está cristalizado há séculos, a educação inclusiva renova e aprofunda a dificuldade daquelas questões.

Uma política educacional que adota essa filosofia tem um longo percurso de experimentação e de convencimento, ou seja, casos de inclusão atentam-se a diferenças e peculiaridades dos estudantes, com deficiência ou não. Cada caso traz especificidades a serem percebidas, inspirando novas práticas a serem testadas e replicadas, além de despertar resistências e serem diluídas construtivamente.

O ALUNO SURDO NO CONTEXTO ESCOLAR E O PAPEL DO PROFESSOR

No Brasil, os surdos têm sido excluídos do espaço escolar e têm se efetivado a aquisição da linguagem oral e escrita daqueles que frequentam as classes regulares. Por anos os surdos foram atendidos em sua escolarização em instituições filantrópicas: institutos, associações, entre outros.

As pessoas com surdez que atuam na educação usam o discurso multicultural, defendendo identidades não fixadas, pluralismo cultural, porém, enfatizam as relações de poder de um grupo majoritário de ouvintes sobre o grupo minoritário de pessoas com surdez.

Para Damázio (2005), a escolaridade *guetificada* tem sido defendida pautada em cultura, língua e comunidade próprias para as pessoas com surdez e cuja posição se baseia em teorias que estão camuflando a visão segregacionista em nome das diferenças. Sabe-se que é um grande desafio transformar a escola existente, pois esta é a escola para todos e de todos, pois é necessário transformar suas práticas educativas, vencendo todos os desafios.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (LDB, nº 9.394/1996) estabelece que os sistemas de ensino devem assegurar professores especializados ou devidamente capacitados, que possam atuar com qualquer pessoa especial na sala de aula (BRASIL, 1996).

RELAÇÃO ESCOLA X FAMÍLIA NO CONTEXTO DA INCLUSÃO DE ALUNOS SURDOS NO ENSINO REGULAR

O aluno surdo tem o direito de ser atendido pelo sistema regular de ensino, porém este pode ser um processo lento, pois a grande maioria dos professores da rede regular de ensino não está preparada para atender alunos com necessidades especiais.

Para Schwartzman (2000), os professores do ensino regular não têm sido preparados para lidar com crianças com necessidades educacionais especiais e sem este preparo, por melhor que seja o método utilizado, as chances de sucesso são muito limitadas. Ainda conforme o referido autor,

[...] este tem por função traduzir, para a língua de sinais, o que professor está falando. Neste sentido, o professor continua explicando o conteúdo para os alunos ouvintes e espera que o intérprete faça o seu trabalho para que os alunos surdos sejam incluídos (SCHWARTZMAN *apud* SILVA, 2000, p.39).

É de suma importância a presença de um intérprete de libras para mediar a comunicação em sala de aula. Porém, não é possível incluir o aluno surdo em uma sala de aula regular apenas com a presença do intérprete. É indispensável criar um ambiente favorável, na qual o aluno surdo possa desenvolver suas potencialidades. Assim, é preciso que o sistema de educação disponibilize nas escolas os recursos necessários a este processo, porém má realidade é bem diferente, o aluno surdo é integrado, mas na grande maioria das vezes não é incluído. Conforme Silva (2003, p. 32):

A integração escolar tem como objetivo inserir o aluno com deficiência na escola regular, porém, essa escola permanece organizada da mesma forma e é o aluno que foi inserido que deverá adaptar-se a ela. No entanto, no sistema de ensino inclusivo é a escola que se reorganiza para atender a especificidade de cada aluno. Sendo assim, o foco da integração é o aluno com deficiência e o foco da inclusão é o sistema de ensino que tem que oferecer um ensino de qualidade a todos.

Na prática, essa é uma realidade muito distante na maioria das escolas, pois muitas vezes elas não estão adaptadas ou se julgam sem capacidade para receber o aluno com deficiência. Assim, não incluindo os alunos, não há um entendimento comum de que a unidade e a pluralidade fazem parte da existência humana, perpetuando a exclusão.

Para Spennassato (2009) a maioria das escolas não apresenta um quadro de inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais, dentre esses, os surdos. Há ainda uma carência de salas apropriadas, materiais, recursos visuais, metodologias e professores especializados ou intérpretes, entre outros.

O aluno deve ser estimulado a pensar e raciocinar como os alunos ouvintes, cabendo ao professor desenvolver estratégias pedagógicas que despertem o interesse do aluno surdo. Porém, em muitas escolas, o ensino é transmitido pelos professores em uma perspectiva tradicional, sem levar em consideração as necessidades especiais do aluno surdo.

Conclui-se assim, que cabe ao professor usufruir de estratégias como: desenvolver novas metodologias de ensino, utilizar recursos diferenciados e processos de avaliação adequados, como forma de tentar minimizar a desigualdade e trabalhar a diversidade em sala de aula.

A LEGISLAÇÃO BRASILEIRA EM RELAÇÃO AO ALUNO SURDO

A partir do Estatuto da Criança e do Adolescente foi criado para dispor sobre a proteção dos alunos surdos, mais precisamente em seu IV Capítulo à educação, no Artigo 54, que é pertinente a esta pesquisa.

Art.54. É dever de o Estado assegurar à criança e ao adolescente: III- atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino; IV- atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a seis anos de idade (ECA, 1998, S.p).

A Lei nº 9.394 da Lei de Diretrizes e Bases (1996) em seu Capítulo V da Educação Especial, que estabelecem as diretrizes para a educação especial, caracteriza a educação especial da seguinte forma:

Segundo esse artigo da LDB, a educação especial é uma modalidade de ensino que oferece e prefere que os educandos com necessidades especiais educacionais sejam matriculados na rede regular de ensino. Todos os educandos que tem alguma deficiência poderão matricular-se na rede pública de ensino, porém, caso não seja possível à inclusão imediata desse aluno, há o apoio dos serviços especializados em educação especial na própria rede de ensino regular, e esses atendimentos poderão ser feitos em classes especiais ou escolas especiais, dando o livre arbítrio sobre qual a melhor escolha a ser feita pelos familiares desse aluno com necessidades especiais educacionais.

Ainda na Lei de 9.394/96 foi formulado para esse fim, ou seja, para a inclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais e para adequar os conteúdos curriculares relacionados à série correspondente em que o aluno esteja, de acordo, com sua necessidade educacional. Tal documento oferece aos sujeitos com necessidades especiais estratégias inovadoras que os ajudam em sua inserção escolar, como a adaptação curricular conforme as necessidades do aluno com surdez devido ao grau e a perda de sua deficiência auditiva, que pode comprometer a aprendizagem.

Nesse documento há uma série de intervenções e adaptações para todos os deficientes, independentemente da deficiência e dos problemas que esse educando possa apresentar, inclusive em casos de limitação, como é o caso do aluno surdo ou cego. Vejamos:

A primeira adaptação faz referência à “dificuldade de comunicação” existente entre o aluno surdo e o professor, além de estabelecer a necessidade de usar a LIBRAS. Já a segunda diz respeito à metodologia de ensino a ser adotada, mas, de acordo com o grau de compreensão do aluno e da comunicação que ele utiliza, no caso, a LIBRAS. As adaptações de acesso ao currículo, adotar sistemas de comunicação alternativos para alunos impedidos de comunicação oral (no processo de ensino - aprendizagem e na avaliação) (BRASIL, 1996, S.p).

Nesse sistema de comunicação alternativa, o aluno com surdez está inserido, pois às vezes, ele é impedido de comunicar-se oralmente por não dominar a Língua Portuguesa na modalidade oral, a não ser pelo uso da LIBRAS.

O professor deve sempre lembrar que há aluno surdo na classe, para adaptar os recursos necessários para sua efetiva e significativa aprendizagem, como os materiais de apoio visual, a fim de melhorar a aquisição dos conceitos trabalhados em seu cotidiano.

Entretanto, deve haver a diversificação curricular com os sistemas de apoio para uma criteriosa avaliação do aluno surdo, esse suporte favorece a eficácia na educação desse respectivo aluno. Nesse âmbito, sem o apoio dos profissionais, dos familiares do aluno com surdez, sem o uso dos recursos adaptados ao seu currículo, sem a contribuição da política educacional e apoio da educação especial e de recursos tecnológicos, é praticamente impossível que tanto a inclusão desse aluno, quanto a sua aprendizagem seja efetivada, mesmo em longo prazo, porque essa relação é biunívoca.

Portanto, é dever dos sistemas de ensino assegurar a acessibilidade do educando com Necessidades Especiais Educacionais, inclusive, para o aluno com surdez que utiliza a LIBRAS como meio de comunicação. Dessa forma, deve haver uma adaptação curricular que favoreça o

RELAÇÃO ESCOLA X FAMÍLIA NO CONTEXTO DA INCLUSÃO DE ALUNOS SURDOS NO ENSINO REGULAR

aprendizado da Língua Portuguesa, independentemente de qual abordagem adotada pelos pais desse aluno, como por exemplo, o bilinguismo, que usa a LIBRAS e a Língua Oral, citado nesse parágrafo.

A Lei nº 10.436 estabelece em seus artigos: Art.1º É reconhecida como meio legal de comunicação e expressão a Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS e outros recursos de expressão a ela associados. Parágrafo único. Entende-se como Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS a forma de expressão, em que o sistema linguístico de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria, constitui fato oriundo de comunidades de pessoas surdas do Brasil (BRASIL, 2002, S.p).

Portanto, no Brasil há diversas leis que garantem a permanência de alunos com necessidades especiais educacionais, porém tais leis não são respeitadas de maneira significativa, ou por falta de recursos ou pela má vontade do meio educacional. Entretanto, mesmo que de forma lenta, vemos uma melhora no sentido de garantir a permanência destes em sala de aula regular.

ANÁLISE DOS DADOS COLETADOS

De acordo com Cervo e Bervian (2002, p. 65), “cada tipo de pesquisa possui, além do núcleo comum de procedimentos, suas peculiaridades próprias”. Nesse sentido, a pesquisa é considerada como um estudo dirigido para a aquisição de um determinado conhecimento, que favorece a solução de problemas teóricos, práticos ou operativos, mesmo estando esse problema dentro do contexto do dia a dia do homem.

Assim, a pesquisa bibliográfica desenvolvida é de cunho exploratório, sendo construída a partir de periódicos nacionais, teses de doutorado e dissertações de mestrado, livros e documentos de órgãos públicos, citados por autores renomados como Klein (2002), Lacerda (1998) e Stainback (1999), além de Leis brasileiras. A coleta de dados foi feita a partir de dois questionários, aplicados a dez professores (apêndice A), identificados com a sequência de 1 a 10, e à família dos alunos surdos (apêndice B), identificados como família A e B, com o propósito de levantar o máximo de informações relacionadas ao tema discutido. Além disso, foram realizadas observações em uma escola da rede estadual de ensino na cidade de Jaicós-PI, onde há 02 alunos surdos matriculados no ensino regular, ambos também na sala de AEE (Atendimento Educacional Especializado).

Iniciamos a análise pelo questionário aplicado à família dos alunos surdos, identificados com família A e B, com a seguinte pergunta: Em sua opinião, a política educacional de inclusão para os alunos surdos em sala regular favorece a aprendizagem? A família A e B, acreditam que a integração entre a escola e a família é importante para o desenvolvimento integral dos filhos, pois acreditam que o acompanhamento dos pais é fundamental para estimular o desenvolvimento dos filhos, não só na escola, mas na vida.

Neste sentido, Guzzo e Tizzei (2007, p 54), [...] afirmam que a família e a escola representam importantes contextos que contribuem para o desenvolvimento da criança, seja de forma positiva ou negativa, principalmente, na forma de integração que ambos funcionam. A família e a escola devem caminhar juntas na promoção da aprendizagem dos alunos(filhos).

Em seguida, foi questionado se na opinião deles a política educacional de inclusão para os alunos surdos em sala regular favorece a aprendizagem. Os pais responderam que sim, porém enfatizaram que não há inclusão na escola, porque eles estão apenas inseridos na sala regular.

Ao serem questionados se eles achavam que os professores estão preparados para trabalhar com o deficiente auditivo, os pais responderam que não e justificaram que os professores não sabem Libras, ou seja, não há comunicação entre os alunos surdos e os professores.

A família A, respondeu “os professores não se comunicam com minha filha, alegam não saberem Libras e pelo o que eu sei não estão estudando para aprenderem, os professores dizem que é difícil Libras”. A família B, relata no seu questionário que os professores são bons, só não sabem Libras”. Nos registros fica claro que os professores não sabem Libras e não procuram fazer cursos ou capacitações pra a aprender.

Em seguida, os pais foram indagados sobre as metodologias utilizadas pelo professor, se elas são específicas para o aluno surdo ou existem diferenças de acordo com a especificidade de cada aluno. Os mesmos responderam que não há diferenciação entre as metodologias ou avaliações de alunos surdos e as empregadas com os alunos ouvintes. Os professores não trazem para sala de aula metodologias novas ou adequadas para o ensino dos alunos surdos, exemplo disso é que as avaliações e trabalhos são iguais, tanto para alunos surdos como para os alunos ouvintes.

Segundo Carvalho e Barbosa (2008), um ambiente de colaboração em que as atividades são compartilhadas entre surdos e ouvintes é o ideal para que aconteça o processo de inclusão, pois assim estarão sendo respeitadas e aceitas as diferenças individuais. A partir disso, vê-se a necessidade de refletir sobre uma didática flexível que ofereça o mesmo conteúdo curricular e que respeite as especificidades do aluno surdo sem perda da qualidade do ensino e da aprendizagem. Na prática, os professores ministram as aulas através de diálogos orais e atividades escritas sobre temas abordados durante o percurso das mesmas, muitas vezes não inclusos no planejamento, não englobando a forma de aprendizagem ou o desempenho necessário ao aluno surdo.

Foi questionado sobre a presença de intérprete em sala de aula e como é feita a mediação com o aluno surdo ao longo do processo de ensino-aprendizagem em caso de não existência deste profissional. Os pais responderam que na sala de aula não há intérprete e a comunicação acontece com a ajuda de parentes dos alunos surdos que estudam na sala de aula por meio de mímicas, gestos, pois ambos os surdos ainda estão fazendo a aquisição das Libras.

Ao serem indagados sobre quais são os meios de comunicação utilizados pela família para se comunicar com o aluno surdo (a), a família A e B responderam que através de gestos e mímicas, pois eles não sabem Libras. A família A diz que está fazendo cursos para aprender Libras e participam das aulas na sala de AEE (Atendimento Educacional Especializado), a família B, Apenas a aluna surda participa das aulas na sala de AEE.

Ainda abordado se existe interação entre o professor da sala regular e a família do aluno surdo no tocante à integração do aluno na sala regular e ao seu processo de aprendizagem, ambos as famílias responderam que não, mas não justificaram sua resposta, deixando a questão vazia.

A última pergunta questiona se eles consideram a participação da família do aluno surdo no processo de inclusão na escola regular um fator importante para a sua aprendizagem e socialização. Ambas responderam que sim; a família A ressalta a importância da inclusão para que o aluno surdo seja estimulado a se desenvolver e a aprender na sala de aula regular; já a família B colocou a necessidade de os alunos aprenderem a Libras desse cedo para que melhor ocorra a aquisição do conhecimento.

Assim, percebe-se que os pais avaliam como essencial a integração família-escola e a participação dos mesmos no processo escolar dos filhos, e que mesmo que não tenham o tempo suficiente para se inserir no contexto escolar, defendem que sua participação é essencial para a aprendizagem da criança.

De acordo com Oliveira (2001), as reuniões são momentos onde os pais podem expor como compreendem o desenvolvimento dos filhos e apresentar suas insatisfações. Portanto, é preciso refletir sobre as diversas formas de convidar os pais a participarem do processo educacional das crianças.

RELAÇÃO ESCOLA X FAMÍLIA NO CONTEXTO DA INCLUSÃO DE ALUNOS SURDOS NO ENSINO REGULAR

A participação dos pais em reuniões ainda é insignificativa perante as necessidades que a escola apresenta, pois os pais devem estar presentes na escola, constantemente e não somente nas reuniões, conselhos e outras atividades extraordinárias. Percebe-se que os pais estão preocupados com o desenvolvimento dos filhos, por isso participam das atividades escolares para se informar sobre o processo de escolarização.

Oliveira (2001) afirma que a escola deve procurar convidar os pais de uma forma mais atrativa a participarem das reuniões, e mostrar que o espaço aberto a eles é para expor suas dúvidas e insatisfações referentes ao desempenho da escola e também como está o comportamento dos seus filhos.

Para Ribeiro e Lomônaco (2002), através dos encontros com os pais, a escola sente-se segura quando estabelece um vínculo para adquirir mais informações, procurando trocar ideias, na busca das soluções dos problemas que se deparam no cotidiano.

Em Análise dos questionários dos professores verificou-se que todos os docentes ministram aulas para os dois alunos surdos da escola, que todos têm graduação e especialização, estando de acordo com a Lei no. 9.394 de 20 de dezembro de 1996 (BRASIL, 1996) que estabelece que os professores das escolas de educação precisam ter graduação.

Ao serem interpelados sobre a possibilidade de ter um aluno surdo em sua sala de aula e em caso positivo, como foi essa orientação, os 10 docentes responderam que não foram orientados sobre os alunos surdos na sala de aula. Ao comentarem a quanto tempo trabalham com alunos surdos, os professores 2, 4, 6 e 7 disseram que ministram a dois anos e os demais começaram este ano, todos afirmaram que se sentiriam melhor se tivessem intérpretes ou se soubessem Libras.

Questionados se tiveram Libras como disciplina curricular ou até mesmo conteúdos referentes ao processo educacional de alunos surdos ao longo de sua formação acadêmica, os professores 3, 4, 5, 8 e 9 afirmaram que não tiveram essa disciplina, os demais docentes 1, 2, 6, 7 e 10 tiveram acesso apenas à parte teórica, pouca prática, o que consideram insuficiente para haver comunicação com seus alunos surdos. Assim, utilizam como alternativa para a comunicação gestos ou mímicas com os alunos surdos, comentaram também que nunca participaram de cursos voltados para educação de surdos; os professores 3, 4, 5 e 10 dizem terem feito oficinas em educação especial, mais não voltados para a Libras.

Em seguida foi indagado sobre as dificuldades que os alunos surdos apresentam para assimilar alguns conteúdos e quais as adaptações fazem nas atividades propostas. Relataram que procuram estratégias para melhor comunicação, e que utilizam os parentes dos alunos surdos que estudam na sala de aula para criar um canal de comunicação; em relação às atividades, não fazem diferenciação das destinadas aos alunos surdos ou ouvintes. Afirmam a dificuldade de comunicação ser a maior barreira nesse processo de interação e aprendizagem.

Prosseguindo, foi perguntado como o professor pode ajudar no processo de inclusão de crianças com necessidades especiais. As respostas foram bem parecidas, dentre elas estão a formação de professores, a realização de capacitações, oficinas, minicursos, além da compra de materiais, da disponibilização de intérprete na escola e do oferecimento do curso de Libras para os professores. O professor 4 destacou: “Precisamos humanizar as pessoas para que elas percebam a importância da inclusão”; já o professor 7 diz que é preciso “sensibilizar toda a comunidade escolar e a sociedade para a importância e valorização do ser com deficiência”.

Como sugestão a aprendizagem do surdo ocorre através de fontes visuais (cartazes), vivências (teatro), entre outras estratégias. Entretanto, os professores não trabalham com imagens, poucos utilizam data show, impossibilitando que esse processo de ensino-aprendizagem ocorra de maneira eficaz. Assim, a equipe entrevistada além de confeccionar a apostila em Libras, como também poderia desenvolver os materiais a serem utilizados em cada aula, por exemplo, cartazes, slides ou jogos a serem utilizados, para assim ajudar o aluno a ser incluído no ensino.

Há vários impedimentos na implantação de metodologias para os cursos de formação dos professores para o ensino de surdos como a falta de investimentos por parte do governo em cursos e na capacitação dos professores, desconhecimento de como elaborar trabalhos em grupo e adaptar textos para que o aluno surdo possa produzir de acordo com seus conhecimentos.

Inquiridos se a família do aluno surdo participa da inclusão deste na sala regular de ensino e em caso afirmativo como ocorre, todos responderam que os pais só vão à escola quando convocados para reuniões. Todos concordam que a presença da família no processo de inclusão do aluno surdo na sala regular é importante, pois elimina barreiras, acreditam ser algo necessário esta parceria escola x família.

Na percepção dos docentes, para que as crianças adquiriram conhecimentos, todos devem trabalhar conjuntamente, a escola e família. Assim com a participação dos pais em programações realizadas pela escola, a família deve se envolver com o ambiente escolar, tornando harmonioso o convívio entre as duas instituições.

De acordo com Oliveira (2001), o envolvimento escola-família, aumenta o empenho e interesse dos pais em participar do processo escolar dos filhos como corresponsáveis. Sobretudo, é necessário que haja uma relação de diálogo, onde as partes envolvidas possam expressar formas de saída para os problemas educacionais.

Essa articulação entre família-escola é importante para o desenvolvimento escolar dos alunos, mas em alguns casos a escola não proporciona essa articulação. Talvez esteja faltando dialogar mais com os pais dos alunos surdos e assim promover uma interação entre as instituições, para o crescimento educacional dos mesmos.

Em relação à formação global dos filhos, a escola sozinha não dá conta de gerar essa formação, sobretudo tem que haver uma parceria, pois a família é o primeiro grupo social que eles pertencem, devendo esta, juntamente com a escola, desenvolver o processo educacional.

Conforme Cardoso (2009), os pais devem desempenhar uma posição de supervisores da proposta pedagógica e colaborar com ações que promovam a parceria família-escola. Por outro lado, para a escola, é importante o apoio da família, pois os pais cooperativos ajudarão a estimular na criança o desejo pela aprendizagem.

A função social da escola é contribuir para o desenvolvimento global (social, afetivo, cognitivo, cultural, ético, etc.) do ser humano e propiciar oportunidade de aprendizagem sistemática, moldando o comportamento do sujeito num processo progressivo.

Para Cardoso (2009), o desempenho social da escola está na prática de uma nova relação e por isso requer a revisão de seu funcionamento, conteúdos, metodologias e atividades, como também na maneira de tratar e instigar o aluno quanto a sua auto expressão, autovalorização, corresponsabilidade, curiosidade, autonomia e constituição para seu conhecimento. Uma nova proposta exige alteração no paradigma de escola e na postura dos professores.

Segundo Anastácio (2009), a família é a principal referência da criança, pois de fato a casa e a vida familiar proporcionam, por meio do ambiente físico e social, condições imprescindíveis para o desenvolvimento da personalidade da criança e de seus aprendizados. Percebe-se que escola e família, como instituições sociais, têm a função de promover e tornar o ser humano apto para as necessidades vivenciadas no cotidiano.

Como afirma Pellanda (2006, p.181), na inclusão o fato mais importante é ter a coragem e o empenho para transformar o ideal em realidade, apesar dos desafios e barreiras que surgem no decorrer do caminho. Na prática, observamos que este é um caminho longo, porém necessário e urgente. A inclusão de fato do aluno surdo nas salas regulares só ocorrerá com o suporte primordial do interprete e dos professores adequadamente formados e preparados para o ensino aprendizagem dos mesmos. A proposta de inclusão dos alunos surdos descrita nos documentos

RELAÇÃO ESCOLA X FAMÍLIA NO CONTEXTO DA INCLUSÃO DE ALUNOS SURDOS NO ENSINO REGULAR

precisa sair do papel. Neste sentido, o governo federal, por meio do MEC, deve promover condições que favoreçam o processo de inclusão, dando o suporte necessário para novas formações para professores de Libras, intérpretes de tradutores de Libras, e incentivando os professores da rede regular para capacitações e treinamentos em Libras.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os estudos desenvolvidos neste trabalho tiveram o propósito de aprofundar conhecimentos sobre a importância da relação entre a família x escola de alunos surdos no contexto educacional no ensino regular e suas implicações para o processo de aprendizagem desses discentes.

Neste sentido, os dados obtidos permitiram analisar a legislação brasileira sobre a educação e outros autores que evidenciaram, em relação às transformações familiares ocorridas historicamente, que essas mudanças foram motivadas pela transformação da visão do surdo na sociedade, influenciada por novos estudos e fatores econômicos e sociais.

Assim, pela análise dos dados, foi possível perceber que a família se modificou ao longo dos tempos, assim como seu papel no desenvolvimento da aprendizagem. A escola, por sua vez, tem como papel estimular a construção do conhecimento nas áreas do saber, consideradas fundamentais para o processo de formação de seus alunos. É importante que ela seja estimuladora do conhecimento por parte do aluno, não apenas mais uma entidade a excluí-lo.

É essencial a união dessas duas instituições sociais (família/escola), pois a influência que ambas têm no processo farão com que a aprendizagem da criança seja satisfatória. Nesta perspectiva entende-se que as consequências da influência familiar no desenvolvimento da aprendizagem propõem que os alunos surdos que têm um bom acompanhamento familiar têm um bom rendimento escolar, podendo evitar até a reprovação e, portanto, entende-se que a família tem um papel central no desenvolvimento da aprendizagem deste indivíduo.

A criança quando nasce, desde cedo se apropria dos conceitos e culturas que estão inseridas em seu meio. Portanto, ressalta-se que se houvesse a parceria entre família e escola as coisas seriam mais fáceis. Entretanto, essa relação impõe barreiras, o que acaba dificultando.

Para que isso seja evitado, é necessário que a instituição educadora oportunize situações para que os pais dos alunos surdos se sintam interessados em fazer uma visita à escola para saber sobre o rendimento escolar do filho, sua integração e desenvolvimento sociocultural; e cabe também à família exercer o seu papel como parte estimuladora da construção do conhecimento, visitando a escola periodicamente, sem ser preciso receber convite para participar da vida estudantil do filho.

Acredita-se que a participação dos pais na escola amplia as possibilidades para uma relação mais próxima e para o desenvolvimento do aluno com surdez. Apesar de tantas dificuldades, é preciso que pais e escola busquem, da melhor maneira possível, desenvolver uma parceria e estimular o desenvolvimento dos alunos.

Conclui-se, portanto, que afetividade e aprendizagem são inseparáveis, pois por meio deste vínculo o aluno sentirá confiança e motivação para aprender, o que resultará em um ensino de qualidade e mais inclusivo.

Referências

ANASTÁCIO, A. H. A. K. **A participação da família no contexto escolar da educação infantil em uma escola privada de Sinop.** 2009. Disponível em: [http://www.unemat-net.br/prof/foto_p_downloads/fot_1565micuoft_woud_-_anne_kelly\(1\)_pdf.pdf](http://www.unemat-net.br/prof/foto_p_downloads/fot_1565micuoft_woud_-_anne_kelly(1)_pdf.pdf). Acesso em: 17 jul. 2018.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF. 23 dez. 1996. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394_ldbn1.pdf. Acesso em: 26 jan. 2018.

_____. MEC/SEESP. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/politica.pdf>. Acesso em: 26 jan. 2018.

BUSCAGLIA, L. **Os deficientes e seus pais**. Tradução de Raquel Mendes. 2. ed. Rio de Janeiro: Record, 1993.

CARDOSO, A. R. **Escola e pais separados: uma parceria possível**. Curitiba: Juruá, 2009. p- 66-94.

CARVALHO, E. de C.; BARBOSA, I. **Pensamento Pedagógico e as NEE: Introdução à Deficiência Auditiva**, 2008. Disponível em: http://elisacarvalho.no.sapo.pt/EE/Trabalho_PP-NEE.pdf. Acesso em: 16 set. 2018.

CAMBRUZZI, R. de C. S. Estimulação Essencial ao portador de Surdez. CONGRESSO IBERO-AMERICANO DE EDUCAÇÃO ESPECIAL, 3., 1998, Foz do Iguaçu – PR: Anais... Foz do Iguaçu – PR: Qualidade, 1998, p. 86-90.

CERVO, A.; BERVIAN, P. **Metodologia científica: para uso dos estudantes universitários**. São Paulo: Editora McGraw-Hill, 2002.

CURY, A. **Pais brilhantes, professores fascinantes**. 21. ed. Rio de Janeiro: Sextante, 2003.

DAMÁZIO, M. **Educação escolar de pessoa com surdez: uma proposta inclusiva**. Disponível em: <http://libdigi.unicamp.br/document/?code=vtls000374273>>. Acesso em: 20 jan. 2018.

GIL, A. C. **Como elaborar projeto de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. **Metodologia do Trabalho Científico**. São Paulo: Atlas S.A, 2008.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Metodologia Científica**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2005. 306p.

NOGUEIRA, M. A. Família e Escola na contemporaneidade: os meandros de uma relação. **Educação e Realidade**, p.155-170, jul. 2006.

SILVA, L. R. **Família x Escola: uma parceria que dá certo**. Portal Educação, 2003.

PAROLIN, I. **As dificuldades de aprendizagem e as relações familiares**. Livro da 5ª Jornada de Educação do Norte e Nordeste. Fortaleza, 2003.

PELLANDA, C. **Possibilidade de inclusão no sistema público de ensino**. In:

PAROLIN, I. **Aprender a incluir e incluindo para aprender**. São José dos Campos: Pulso Editorial, 2006.

OLIVEIRA, L. P. de. **Uma relação tão delicada**. Belém, 2001. Disponível em: <http://www.nead.unama.br/site/bibdigital/monografias/relacaodelicada.pdf>, Acesso em: 20 jul. 2018

RELAÇÃO ESCOLA X FAMÍLIA NO CONTEXTO DA INCLUSÃO DE ALUNOS SURDOS NO ENSINO REGULAR

RIBEIRO, M. N.; LOMÔNACO, J. F. B. Análise das relações entre família e escola na cidade de Porto Velho. In: PROENÇA, M.; MENEVÉ, M. **Psicologia e educação na Amazônia: pesquisa e realidade brasileira**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2002. p.123-150.

SPENASSATO, D. **Inclusão de alunos surdos no ensino regular**: investigação das propostas didático-metodológicas desenvolvidas por professores de matemática no ensino médio da EENAV. Disponível em: http://www.projetos.unijui.edu.br/matematica/cd_egem/fscommand/CC/CC_60.pdf. Acesso em: 20 jan. 2018.

SCHWARTZMAN, J. S. Histórico. Em J.S. Schwartzman (org.). **Síndrome de Down**. São Paulo: Mackenzie, 2000.

ROSS, P. R. Pressupostos da integração: Integração frente à realidade educacional. CONGRESSO IBERO-AMERICANO DE EDUCAÇÃO ESPECIAL, 3. , Foz do Iguaçu – PR. **Anais...** Foz do Iguaçu – PR: Qualidade, p. 239-43, 1998.